



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº. 02/2011

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
RESENDE, REALIZADA EM 25.04.2011**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 11h30 quando a Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes faltas: -----

José Manuel Correia (PS), Luís Manuel Almeida Pinto (PS), Rui Manuel Coelho Cardoso (PS), Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso (PSD), Presidente da Junta de freguesia de Freigil (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Miomães (PS) e Presidente da Junta de Freguesia de São Cipriano (PS).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

B1. COMEMORAÇÃO SOLENE DO 37º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL;-----

Com referência a este assunto, único ponto da ordem de trabalhos desta sessão comemorativa do 37º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, foram proferidos os discursos que a seguir se transcrevem:-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Exmas. Senhoras e Senhores; Caras e caros Resendenses, Amigos: Muito recentemente, perante a situação de emergência económica, financeira e social em que o país se encontra, um dos mais notáveis capitães de Abril, afirmou, que se soubesse o estado a que chegaríamos, não teria feito o 25 de Abril!... Esta declaração, embora polémica e por isso contestada por outros intervenientes directos no



acontecimento, deve fazer-nos reflectir sobre a sua motivação: A que estado nos conduziram, para que um dos estrategas da revolução que conduziu ao derrube do regime corporativista de Salazar e Caetano, questione se a luta por um Portugal melhor não terá sido inglória? É certamente consensual que não se pode confundir o que se passou nos últimos anos com os objectivos supremos alcançados com o 25 de Abril. No entanto, o referido desabafo carrega um sentimento de frustração partilhado por muitos, e por isso, não deve ser desprezado. A história repete-se pela terceira vez. Quando devíamos, como país, estar em rota de desenvolvimento sustentado e a acompanhar as melhores economias do quadro europeu em que nos inserimos, eis que nos vimos novamente, obrigados a pedir auxílio financeiro ao exterior, permitindo-nos e assistindo a que outros venham gerir as nossas contas públicas, num sinal inequívoco de incompetência política, que nem a teoria da voracidade dos mercados consegue mascarar. Se em 1977 e em 1983 éramos um país débil, saído da revolução que hoje aqui celebramos, e por isso, em reestruturação, desta vez, por mais argumentos enviesados que se tentem utilizar, a explicação sintética do problema, a única perceptível pelos portugueses, pela sua evidência e veracidade, é a gestão ruínosa das finanças públicas por parte dos seus responsáveis nos últimos anos. Percebe-se pois, em parte, o desagrado manifestado pelo militar... O 25 de Abril fez-se para se alcançar a Liberdade. O 25 de Abril fez-se para se alcançar a Democracia. O 25 de Abril fez-se para se alcançar a Paz. Mas, o 25 de Abril fez-se também para se alcançar o Desenvolvimento e a Prosperidade. E o povo português que lutou com todos estes propósitos, vê-se hoje confrontado por um pedido, ou melhor, uma exigência de sacrifícios, que tentam repor, o que aqueles a quem confiou, descapitalizaram e não souberam honrar. E a que paradoxos assistimos diariamente. Quando o Estado apresenta já sinais evidentes de falta de liquidez para cumprir os seus compromissos orçamentais básicos, continuamos a ouvir o anúncio por parte dos seus responsáveis, de “milhões e milhões” que já nem sequer estão ao seu alcance, decorados com as mesmas frases de circunstância, num registo autista e alienado da realidade, próprios de uma espécie de catarse, que por si só fosse suficiente para resolver os graves problemas com que os portugueses se deparam. Os portugueses saberão continuar o espírito de Abril e por isso, julgarão em sufrágio, aqueles que são os únicos responsáveis pela gravíssima crise em que o país se encontra. Mas Abril foi e será sempre sinónimo de esperança. E a esperança de um país melhor reside, principalmente, nas mesmas idades daqueles que há quase quarenta anos fizeram a revolução. Deverão ser os jovens a força motriz dessa esperança. Dos jovens, espera-se, que, conforme afirmou o nosso Presidente da República na sua tomada de posse “não desistam de Portugal”. Mas para isso é fundamental que essa convocatória, para além de sã e autêntica, se sustente em verdadeiras condições para que os jovens possam exercer as suas competências. E cabe ao poder local um papel fulcral, actuando como catalizador e impulsionador das iniciativas dos mais jovens. Ignorem-se pré-conceitos assentes em leituras superficiais e imediatas e veja-se os reais recursos que temos ao nosso alcance. Pense-se numa verdadeira política de juventude, que não se fique pelos habituais clichés de irreverência de adorno às manifestações partidárias, imbuída de uma efectiva participação e integrada nas sedes de decisão. É preciso repensar os modelos de desenvolvimento endógeno para que se criem as



condições necessárias à fixação dos nossos jovens. A infra estruturação que caracterizou o primeiro ciclo de poder local e a modernização que caracteriza este segundo ciclo, de há muito que não são suficientes para alcançar esse desiderato. É preciso refundar os paradigmas - introduzir factores distintivos capazes de fixar a população jovem resendense, evitando a sua debandada. É preciso instituir uma cultura onde o mérito, o trabalho, a ética e a competência, sejam os principais factores de valorização e os únicos de diferenciação positiva. Temos uma geração jovem de resendenses com um alto espírito empreendedor, capaz de dinamizar a economia local em diversos sectores, mas que esbarra na falta de agilização, na burocracia, na tutela, no desincentivo, na falta de condições básicas para a implementação dos seus projectos, na ausência de parcerias, e como se não bastasse, exige-se-lhe, muitas das vezes, subserviência. Temos uma geração jovem de resendenses, qualificada nas mais diversas áreas académicas, que, sendo óbvio não ser a nossa terra o lugar exclusivo para o exercício das suas competências, também é verdade que é possível a criação de nichos locais, capazes de absorver parte dessa “massa cinzenta” fundamental ao nosso progresso. Temos uma geração jovem de resendenses, ancorada às actividades da nossa matriz rural e à base produtiva local, motivada a emancipar-se, consciente da necessidade de inovação e com vontade de se regenerar, mas que colide com a falta de uma política de base e com um discurso de desacreditação. Temos uma geração jovem de resendenses, estrategicamente colocados no exterior, referenciais nos seus contextos, empresariais, universitários, de investigação, receptivos a estabelecer pontes de cooperação que contribuam para a partilha de experiências e para uma importação de conhecimentos úteis ao nosso desenvolvimento. Temos uma geração jovem de resendenses com uma forte participação nos movimentos associativos de índole social, recreativa, cultural e desportiva, que, de forma descomprometida, voluntária e sobretudo generosa, emprestam o seu tempo, mantendo os nossos clubes, as nossas tradições, animando...apesar de muitas das vezes verem o seu trabalho desvalorizado e secundarizado. Temos uma geração jovem de resendenses que tendo partido por falta de oportunidades, mantém uma ténue esperança de poder regressar. Temos ainda uma geração jovem de resendenses que apresenta ainda carências sociais básicas e que a impedem de atingir o mesmo patamar de igualdade de oportunidades das referenciadas, e que o contributo dos seus pares poderá dissipar. E temos um denominador comum, este inter-geracional, que é o apego à nossa terra, às nossas raízes. Factor transversal que importa manter sempre vivo, fundamental para um futuro melhor! Há precisamente um ano, neste mesmo local e âmbito, dirigi o meu discurso em forma de humilde tributo, à geração de homens e mulheres resendenses, que pelo seu passado, representam, para mim, o espírito do 25 de Abril. É pois a coesão entre estas duas gerações o maior activo da nossa terra. É desta cooperação que mais se poderá esperar um contributo para o nosso desenvolvimento. Ao gesto de inconformismo do passado, que construiu a liberdade, junta-se o inconformismo do presente que construirá a prosperidade. Assim se transmitirá o espírito do 25 de Abril. A geração que o fez. E a geração que o continuará. Continuará, merecendo a Democracia; Merecendo a Liberdade; Servindo Resende; Honrando Portugal! Obrigada.-----

Amadeu Vasconcelos – Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere (PS) – “Exma. Senhora



Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Vereadores; Exma. Senhora e Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores; Ilustres Resendenses: São 37 os anos que decorreram desde a revolução que provavelmente marcou de forma mais vincada a nossa centenária República. Depois da Primeira República, seguiu-se um Regime denominado Estado Novo, que se manteve durante 41 longos e penosos anos e apenas foi derrubado pela crença de um povo com ideais fortes e alicerçados em valores como a liberdade e a fraternidade. São já poucos os que da geração de Abril 74 relatam com clareza os factos ocorridos e são cada vez menos aqueles que compreendem e se revêem no seu significado. As comemorações que, ano após ano, se multiplicam pelo país são cada vez mais marcadas pela indiferença e alheamento dos cidadãos portugueses, ao qual os Resendenses não são excepção. Aos mais jovens é anualmente apontado o desconhecimento e a ignorância acerca das opressões que sofreram todos aqueles que lutaram na busca de uma alternativa de liberdade e justiça social que melhor servisse às então futuras gerações e que anualmente nos propomos saudar. As comemorações deste ano serão porventura as mais aguardadas dos últimos anos. A crise económica que se instalou e a instabilidade política que os partidos criaram, aumenta em todos nós a vontade de uma mensagem de esperança que nos dê alento e alavanque o país para aquilo em que individualmente acreditamos e globalmente esperamos. Nos dias de hoje a Europa converge para a vontade política de países como a Alemanha e a França que usando instrumentos como o Fundo de Estabilidade Europeu ou mesmo o FMI obrigam os países periféricos a venderem a sua alma, comprometendo a sua identidade, sob o risco de perderem a sua própria autonomia. Surge agora uma nova ordem económica mundial ditada pelo capitalismo que facilita os programas de governo dos partidos de direita, por imporem aos estados as medidas com as quais esses partidos concordam de modo geral, mas não têm coragem de submeter a sufrágio eleitoral. Em Portugal vemos os partidos, em estranhas alianças, a votarem contra Programas de Estabilidade e Crescimento, exteriorizando a sua total irresponsabilidade, camuflando essa decisão com o facto de, alegadamente, serem medidas com as quais discordam, para logo depois uns piscarem o olho ao FMI e avalizaram medidas muito mais gravosas para todos nós e outros recusarem negociações por terem as políticas de austeridade como adquiridas e isso representar mais um motivo para justificar a sua existência na política de ser contra tudo e todos. Fazem-no não por discordarem do essencial das medidas propostas. A esquerda radical e extremista fá-lo por ser historicamente contra tudo aquilo que significa responsabilidade e a direita por ter a garantia de derrube de um governo democraticamente eleito e por saber que assim estará imposto tudo aquilo em que, de facto, acreditam sem terem de se sujeitar à aprovação popular. Exmas. senhoras e Exmos. Senhores: Democracia é, por definição, um regime de governo em que o poder de tomar decisões políticas está com os cidadãos, onde o povo expressa a sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram. Portugal é desde 1974 uma República democrática, onde o mais alto representante da nação é o Presidente da



República. O que se espera de um Presidente da República é que seja o primeiro estandarte na defesa do interesse nacional, quando está em causa a soberania de um Estado e os valores sociais que constituem a própria identidade do Estado Português. Infelizmente o que temos assistido é a ausência de presença de um Presidente que de tanto ter insistido na gestão do seu silêncio é hoje incapaz de se fazer ouvir junto daqueles que têm alimentado todos estes ataques especulativos à economia portuguesa e mesmo junto dos partidos políticos portugueses que se têm entretido em jogos políticos. Razão tem quem afirma que a um Presidente da República exige-se mais do que o domínio de uma qualquer sebenta de economia. É preciso ter voz e saber fazer-se ouvir. É preciso defender Portugal e obrigar a Europa e convergir com os valores que identificam este grande país. Convergir com a sua cultura e com a sua forma de defesa de um Estado que ser quer inteiramente social. Defender Portugal é onerar os partidos e os seus responsáveis pelos seus actos e irresponsabilidades. Aos políticos exige-se, no mínimo, responsabilidade. É certo que a maior responsabilidade será sempre de quem governa, mas a responsabilidade não se esgota em quem exerce o poder. As oposições devem saber respeitar as escolhas de quem exerceu o seu direito ao voto e ter acima de todos os interesses o interesse público e nacional. Entendo, por isso, que devemos repudiar aquilo que recentemente se passou na Assembleia da República. Se é certo que os partidos da esquerda estão historicamente contra tudo o que é proposto, os partidos da direita, principalmente o maior partido da oposição, deveriam ser capazes de assumir a responsabilidade inerente ao compromisso assumido pelo Governo Português junto das instituições europeias. A sua atitude associou à enorme e grave crise financeira uma crise política que culminou na incessante subida dos juros da dívida pública e à evitável vinda do FMI. Minhas senhoras e meus senhores: Com a revolução de Abril pretendeu-se consagrar os objectivos que ficaram conhecidos pelos três “D” – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Facilmente aceitaremos que a Democratização e a Descolonização, com os erros ou insuficiências que todos lhes reconhecemos, foram satisfatoriamente conseguidos. No entanto, o processo de desenvolvimento do país, em muitas situações e apesar de tudo que foi feito nos últimos anos, está ainda hoje aquém da expectativa. Não obstante ao esforço verificado, continuam a existir no país algumas diferenças inaceitáveis entre o interior e o litoral, entre os grandes e os pequenos centros urbanos e mesmo entre algumas regiões do continente e as regiões autónomas. Quando reflectimos acerca das assimetrias nacionais é importante perceber onde se situa Resende. Atrevo-me a dizer que se os ideais de Abril e do partido que sustenta o actual executivo camarário buscam a igualdade e a fraternidade, Resende será um dos melhores exemplos no país de ambos estes valores. Temos de ter noção de que muito ainda está por fazer. A Resende assistem ainda e sobretudo os problemas inerentes à falta de emprego e às deficientes acessibilidades. Continuamos a pagar uma factura pesada por estarmos localizados numa região para onde o poder central demorou muito a olhar e o poder local perdeu demasiado tempo a valorizar as flores e a desprezar os frutos. A recuperação tem sido feita de forma rápida mas responsável e equilibrada. Hoje os resendenses podem orgulhar-se de terem acesso e à sua disposição equipamentos e serviços que durante muitos anos apenas encontrávamos nos grandes



centros urbanos. Se entender-mos como entendemos que defender a igualdade não é acreditar que somos todos iguais, mas sim, que todos devemos ter acesso às mesmas possibilidades, facilmente percebemos que, hoje, Resende está num patamar elevadíssimo. Podemos aceitar que uns sejam mais altos e outros mais baixos; que uns sejam mais gordos e outros mais magros; que uns tenham a Deus e outros O ignorem; Podemos até aceitar com algum custo, que uns vivam na abundância e outros sejam apenas remediados. O que não aceitaremos nunca é que isso condicione o acesso ao desenvolvimento de cada um e tolha o direito que todos temos de ter à escola a tempo inteiro, como a que hoje nos oferecem os Centros Escolares; Aos cuidados de saúde garantido por um serviço nacional de saúde, como o que nos é oferecido pelo novo Centro de Saúde; Aos serviços de segurança que vemos melhorados com os novos quartéis da GNR e dos Bombeiros Voluntários de Resende; Aos serviços que garantem apoio social através de unidades de apoio continuado, oferecidos pelos Centros Comunitários; À cultura e aos valores que nos identificam, que nos oferecem o Auditório Municipal, o Museu e recentemente as sedes das Associações no aproveitamento das antigas escolas; Ao desporto e às práticas desportivas, que nos oferecem os pavilhões gimnodesportivos e futuramente o Estádio de Fornelos e o parque urbano. Vivemos tempo demais sem o acesso a tudo isto. Apesar de termos ainda um longo caminho a percorrer para que sejam totalmente desfeitas as assimetrias que nos distinguiram de outros, Resende é hoje tido como exemplo a nível Nacional. O 25 de Abril atribuiu a todos nós uma enorme responsabilidade. O poder de escolher está comigo, está com todos os que estão hoje nesta sala e está com todos os que assumem a responsabilidade de exercer livremente o seu direito ao voto. Este é o maior legado que nos foi deixado pelos que fizeram Abril e a quem não devemos desiludir deixando de exercer o direito pelo qual eles lutaram. Eu aceito a minha responsabilidade e invoco todos para que o façam. Viva o 25 de Abril! Viva Resende! Viva Portugal! Obrigado.”-----

Vereador Albano António Alves dos Santos (PS) – “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas aqui presentes; Minhas senhoras e meus senhores: Comemoramos hoje o trigésimo sétimo aniversário da “Revolução dos Cravos”. Passaram já trinta e sete anos sobre o 25 de Abril de 1974, data que pôs termo a uma ditadura que durava há mais de quarenta anos... Passados todos estes anos, vale a pena fazer um exercício de memória para recordar aquelas que foram as principais mudanças que o 25 de Abril introduziu nas nossas vidas. Passamos a gozar de uma liberdade até aí desconhecida, já que vivíamos num país onde a imprensa, o teatro, o cinema e outras formas de expressão cultural eram controladas e sujeitas a uma censura apertada, que determinava o que era permitido ler, ver ou escrever. Um país governado por um regime ditatorial e com um aparelho policial (PIDE) que castigava severamente todos aqueles que se opunham a esse mesmo regime. Foi o 25 de Abril que pôs termo à guerra colonial, que permitiu o aparecimento dos partidos políticos e a realização de eleições livres, e que permitiu que os cidadãos passassem a ver os seus direitos económicos e sociais garantidos. Hoje,



para todos aqueles que nasceram antes do 25 de Abril, todas estas conquistas fazem já parte do nosso quotidiano. Volvidos todos estes anos, temos por vezes a tendência para desvalorizar o bem precioso que o país conquistou nessa data: a liberdade! Passamos de um regime ditatorial para uma democracia. E as sociedades democráticas, como todos sabemos, devem empenhar-se nos valores da tolerância, da cooperação e do compromisso. Os cidadãos, numa democracia, não têm apenas direitos; Têm também o dever de participar no sistema político que, por seu lado, protege os seus direitos e as suas liberdades. As democracias precisam de mais do que o voto ocasional dos seus cidadãos para permanecerem saudáveis. Precisam de atenção contínua, de tempo e dedicação desses mesmos cidadãos. E eu acredito que os cidadãos do meu País, do meu concelho, têm estado atentos ao longo dos últimos anos, sobretudo ao longo deste último ano em que enfrentamos a maior crise económica mundial das últimas oito décadas. Ainda assim, os últimos anos devem orgulhar-nos a todos. Foi ao longo dos últimos anos que, com visão de futuro, ambição e coragem, foi possível lançar e concretizar um amplo movimento de modernização e reformas, responsáveis pela enorme progressão do País. Assistimos às reformas da segurança social e da administração pública e à simplificação dos procedimentos administrativos. Vimos nascer novos hospitais, unidades de saúde familiar e unidades de cuidados continuados para idosos e dependentes. O ensino é hoje uma outra realidade... com a valorização da escola pública, a reforma do primeiro ciclo do ensino básico e o reordenamento e requalificação do parque escolar. O ensino profissional não foi esquecido, permitindo desde logo dar novas oportunidades de qualificação aos trabalhadores no activo. Foi também ao longo dos últimos anos que assistimos à modernização tecnológica do País, e à generalização da utilização das novas tecnologias da informação. Somos líderes na utilização de serviços públicos electrónicos, e a aposta (ganha) nas energias renováveis reduziu a nossa dependência energética do exterior. Foi também ao longo dos últimos anos que vimos concretizado um ambicioso programa de investimento nos equipamentos sociais, com o reforço das parcerias e do apoio financeiro prestado às instituições particulares de solidariedade social. Aqueles que, de forma demagógica, procuram identificar os últimos anos como “anos perdidos” subestimam a inteligência dos demais! Como subestimam a inteligência dos demais todos aqueles que, não tendo ganho as eleições, tudo tentaram, ao longo do último ano, para impor a sua agenda governativa e o programa político que o povo rejeitou com o seu voto. Os desafios que o País enfrenta são reconhecidamente muito exigentes. Enfrentá-los, requer uma estratégia clara, medidas corajosas e um esforço sério de todos. E o esforço que é hoje exigido aos Portugueses, não se compadece com crises políticas de conveniência partidária. Não pode por isso aceitar-se o comportamento irresponsável de todos aqueles que permanentemente especulam, incapazes de conter a sua ânsia pelo poder ainda que com prejuízo do interesse de todos nós, o interesse nacional. Daqueles que, unidos numa aliança contra natura, arrastaram o País para uma crise política que era perfeitamente evitável. Unidos para destruir, apenas por ambição de poder... Ambição de poder a qualquer custo! Ambição de poder que é responsável pelo aparecimento, no concelho e no País, de uma nova classe política adepta do “bota abaixo” e da “terra queimada”, repito, do “bota abaixo” e da “terra queimada”, a quem tudo serve para



chegar ao poder: Mentir, insultar e desrespeitar os outros, eliminando as lógicas mais elementares da convivência democrática. Para eles, tudo serve! A liberdade conquistada há trinta e sete anos, não se compadece com as atitudes daqueles que vivem apenas do protesto, que se auto-excluem de qualquer entendimento e que nunca, nem no passado, nem no presente, estão disponíveis para construir o que quer que seja... Mas curiosamente, foi essa mesma liberdade que permitiu que, em Dezembro de 2001, elegêssemos pela primeira vez o actual Presidente da Câmara, responsável primeiro por todas as transformações que o nosso concelho de Resende sofreu nos últimos nove anos e meio! Foi graças à sua visão estratégica, às suas capacidades e conhecimentos, ao seu empenho, e acima de tudo ao seu grande amor por esta terra que é de todos nós, que Resende se transformou num concelho de referência, um concelho moderno e mais desenvolvido, um concelho com mais oportunidades e do qual todos nos orgulhamos. Apesar de ter encontrado uma dívida de cinco milhões e meio de euros, tal facto não impediu que o Presidente de todos nós colocasse em marcha o seu projecto político, que incluía a construção de redes de abastecimento de água e saneamento básico em todas as freguesias, a requalificação dos espaços públicos e das vias municipais, a construção de equipamentos desportivos dos quais destaco as piscinas municipais cobertas, os pavilhões desportivos de Anreade e Freigil e ainda o Estádio Municipal de Fornelos. Incluía também equipamentos de lazer, como os Parques Fluviais da Panchorra, Ponte da Lagariça e Porto de Rei, equipamentos culturais como o Auditório Municipal, o Museu Municipal e o Centro Cultural de S. Cipriano, e equipamentos sociais como os Centros Comunitários de S. Romão e Felgueiras. E do seu projecto político, fazia ainda parte o parque empresarial de Anreade. Foi graças ao bom entendimento entre o Município de Resende e o Governo da República, que garantimos obras tão importantes para o nosso concelho como sejam o novo Centro de Saúde, a Loja do Cidadão, a ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Resende, e a construção do novo Quartel da GNR. Mas uma boa qualidade de infra-estruturas e equipamentos não basta, se não tivermos os nossos jovens qualificados. Por isso mesmo, Resende viu nascer aquela que foi por todos considerada a Escola do futuro! O Centro Escolar de S. Martinho de Mouros, amplamente referenciado como modelo a seguir. Aliás, este foi o primeiro passo daquela que consideramos a maior e mais importante transformação operada pelo Partido Socialista em Resende. Tal como o Governo, também nós, em Resende, sempre entendemos que jovens mais qualificados têm mais oportunidades, jovens mais qualificados são o garante de um futuro colectivo melhor. E foi por isso que ao Centro Escolar de S. Martinho de Mouros se seguiu o Centro Escolar de Resende, e a este se seguirá o Centro Escolar de S. Cipriano... E foi por isso também, e porque o Governo esteve sempre, nesta matéria, em sintonia com aquelas que eram as aspirações de um concelho como o nosso concelho de Resende, que conseguimos a obra de remodelação da Escola Secundária. Uma nova Escola Secundária! Altera-se assim definitivamente o panorama degradante que encontramos nas Escolas e hoje, quase custa a creditar, que há nove anos e meio as nossas crianças tinham aulas em pavilhões pré-fabricados nas traseiras da Escola Secundária. Se a tudo isto juntarmos a aquisição do complexo termal de Caldas de Aregos, sem custos para o orçamento da Câmara, fruto da nossa



participação - também ela sem custos - no Parque Eólico, a construção do Fórum Municipal, da primeira fase do Parque Urbano e da nova Igreja de Resende, é fácil perceber o incómodo de alguns... que tendo estado mais de duas décadas à frente dos destinos do concelho não foram capazes de deixar uma única obra de referência...! E custa, sobretudo para alguns, saber que a dívida é hoje praticamente a mesma que existia há nove anos e meio atrás! Este amplo conjunto de realizações foi, para um alargado conjunto de Resendenses, uma das mais importantes conquistas de Abril. Não nos libertamos da dívida, que como já referi permanece hoje praticamente igual àquela que foi encontrada em 2002, mas libertamo-nos da inércia, da falta de oportunidades e da falta de ambição. Temos hoje um concelho onde o interesse colectivo se sobrepõe aos pequenos interesses individuais, e que atravessa um momento sem paralelo no que a obras e investimentos diz respeito: Temos actualmente cerca de vinte e cinco milhões de euros em obras em curso ou já adjudicadas, o que vinca bem a diferença entre aquilo que foi um passado sem ambição e o presente que nos deve orgulhar a todos. Continuaremos, dia após dia, com a liberdade que o 25 de Abril nos proporcionou, a lutar por um futuro melhor. Viva o 25 de Abril! Viva Resende! Viva Portugal!.”-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (PS) – “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmos. Srs. 1º e 2º Secretários da Mesa; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Resende; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Digníssimas Autoridades Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Ilustres convidados. Exmas. Senhoras e Senhores: Estamos aqui hoje em sessão solene para celebrar o 37º aniversário da nossa democracia e a conquista da liberdade. A responsabilidade deste acto não é pequena, na actual conjuntura atravessamos um período de crise política e temos no nosso país a presença do FMI. O país pediu ajuda externa, as negociações estão a decorrer e só dentro de 3 semanas vamos perceber com clareza as medidas que a *troika* vai impor a Portugal. Só depois a EU decidirá os termos, os prazos e o montante da ajuda que nos irá conceder. Enquanto isto decorre, os partidos organizam-se para mais uma acto eleitoral e o povo embrulhado nas mais díspares contradições aguarda pelo embate da crise. O que é que se espera de nós enquanto responsáveis políticos? Mais do que nunca honestidade, responsabilidade, bom senso, perseverança e altruísmo. Mais do que nunca importa pôr os interesses nacionais acima de todas as coisas, proteger os mais vulneráveis e garantir que actuaremos com muita transparência, prestando permanentemente contas e mostrando que o caminho que se traçou é o caminho percorrido, sem desvios, com coragem procurando acima de tudo manter a coesão social e a integridade na nossa pátria. Senhoras e senhores: Os problemas com que nos deparamos são muitos e difíceis de enfrentar, não renego a minha matriz ideológica e não temo a confrontação, mas inseridos na actual ditadura internacional dos mercados financeiros que ameaçam a paz e a democracia, temos também que reflectir sobre o nosso comportamento, assumir as nossas falhas e seguir em frente, adoptando novos modelos de comportamento, diferentes níveis de responsabilidade, mostrando-nos merecedores da herança que nos foi legada pelos construtores de Abril e descobrir que a estreiteza de espírito engendrada pelos pontos de vista habituais, esconde-nos a maioria das possibilidades



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

praticáveis e desejáveis. Podemos e devemos reconstruir o ponto de vista do outro, mas também aprofundar o nosso ponto de vista e compreender então quantos pontos de vista existem por detrás das categorias gerais de forma a criar novos mundos possíveis para a comunicação e para a acção. Somos todos necessários, todos somos parte da solução e o entendimento e a negociação têm que integrar de forma efectiva o nosso vocabulário político. Olhando a realidade circundante deparamo-nos com uma sociedade, em que as pessoas cansadas, tendem a não acreditar nos projectos apresentados, retirando a isso a indispensável credibilidade e fiabilidade que o poder político necessita para actuar com a força adequada à resolução dos graves problemas que tem que enfrentar. Cabe-nos resgatar a confiança necessária à legitimação dos nossos projectos, mas neste processo todos temos que mudar, assumindo os impactes que cada um de nós, enquanto cidadãos e no exercício dos nossos direitos e deveres, provocam ao ecossistema social, económico e cultural. Só temos um caminho a seguir: aceitar os sacrifícios, com trabalho, com dedicação e exigência, manter a confiança e a esperança no presente porque temos futuro. Tenho dito, Viva a liberdade.”. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 12h30. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU